



Actualidades

XII Congresso das Comunicações

União Europeia

2 Notícias de Outros Países

3 Encontros CEPT

4 Grupo de Reguladores Independentes

5

6

8

UMIC VAI GERIR SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

A Unidade de Missão Inovação e Conhecimento (UMIC), liderada por Diogo Vasconcelos, entrou em funcionamento oficial a 26 de Outubro, data da aprovação do respectivo diploma constitutivo, uma Resolução do Conselho de Ministros publicada em 20 de Novembro.

Esta Unidade de Missão actuará no âmbito da inovação, nomeadamente no que respeita ao Programa Integrado de Apoio à Inovação (PROINOV), governo electrónico, economia digital, cidadãos com necessidades especiais, em ligação com a Iniciativa Nacional para os Cidadãos com Necessidades Especiais na Sociedade da Informação (ACESSO), e acesso generalizado à Internet.

Entre as atribuições da UMIC, destaque para a promoção de medidas políticas na área da sociedade da informação e do governo electrónico, designadamente no respeitante à coordenação da execução dos planos de acção eEurope 2002 e 2005; dinamização do fórum de reflexão Partenariado para a Sociedade da Informação; aprovação dos projectos portal do cidadão, portal das empresas, compras electrónicas, infra-estruturas e plataformas tecnológicas da Administração Pública; produção de indicadores estatísticos no

âmbito da inovação e da sociedade da informação e realização de análises prospectivas de âmbito nacional e internacional.

Esta mesma Resolução cria a Comissão Interministerial para a Inovação e Conhecimento e define a sua composição (um representante de cada Ministério e o gestor da UMIC), estabelecendo que a mesma reunirá trimestralmente e deverá propor estratégias de desenvolvimento integrado, promover a articulação dos diversos programas existentes no âmbito da sua área de actividade e acompanhar a execução do Plano de Acção eEurope 2005.

Esta Comissão, que depende directamente do Ministro Adjunto do Primeiro Ministro, substitui as anteriores Comissão Interministerial para a Inovação e Comissão Interministerial para a Sociedade da Informação, esta última integrada pela Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM).

A Resolução introduz também alterações à anterior Resolução do Conselho de Ministros nº 27/2000, de 16 de Maio, sobre as estruturas de gestão do 3º Quadro Comunitário de Apoio (QCA III) sobretudo no que concerne à Intervenção Operacional da Sociedade da Informação. ◀

INTERLIGAÇÃO

CONDIÇÕES DE CO-INSTALAÇÃO NO ÂMBITO DA PRI E ORALL

A 19 de Novembro, a Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) aprovou novas condições de co-instalação em regime de espaço aberto (*co-mingling*), a adoptar no âmbito da Proposta de Referência de Interligação (PRI) e da Oferta de Referência para Acesso ao Lacete Local (ORALL) da PT Comunicações (PTC), que deverão ser alteradas em conformidade no prazo de 20 dias, incluindo no tocante aos preços associados aos vários serviços. O *co-mingling* corresponde à possibilidade de co-instalação de equipamentos dos outros operadores licenciados (OOL) nos espaços interiores das centrais da PTC, o que pode ser estendido a outros espaços (escritórios ou armazéns).

transmissão de dados, no âmbito da PRI 2002, adequando os preços aos custos, no caso das chamadas gratuitas, e disponibilizando este serviço, adicionalmente, em circuitos de 2 Mbit/s com SS#7, decidiu a ANACOM a 14 de Novembro.

PRI 2003

A ANACOM, considerando que não há razões que justifiquem a revisão da deliberação de 7 de Fevereiro de 2002 no tocante à eventual integração da Proposta de Referência de Acesso à Internet (PRAI) na PRI, solicitou à PTC a apresentação, no prazo de 15 dias, de uma proposta, devidamente fundamentada, de preços de interligação para 2003, que atenda em particular à evolução esperada dos custos, baseada, entre outros, em critérios de eficiência, de acordo com a decisão adoptada a 7 de Novembro.

SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE DADOS

A PTC deverá, no prazo de 15 dias, rever a sua oferta para o serviço de

VER <http://www.anacom.pt/template20.jsp?categoryId=56&contentId=71055>

VER <http://www.anacom.pt/template12.jsp?categoryId=47789>

VER <http://www.anacom.pt/template12.jsp?categoryId=46642> ▶

OFERTA DE CIRCUITOS ALUGADOS DA PTC

A 7 de Novembro, a Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) deliberou recusar a nova proposta de tarifário apresentada a 14 de Outubro pela PT Comunicações (PTC), considerada incompatível, no que se refere ao cumprimento do princípio de orientação dos preços para os custos, com o determinado pela ANACOM a 19 de Setembro.

O tempo decorrido desde o início deste processo permitiu dispor de elementos mais recentes evidenciando custos, na globalidade, mais reduzidos para este serviço. Considerando curial a alteração do tarifário por forma a reflectir o novo nível de custos, a ANACOM deliberou ainda suspender a eficácia da deliberação de 19 de Setembro.

VER <http://www.anacom.pt/template12.jsp?categoryId=47490> ▶

ACTUALIDADES

Novo Manual ITED

A Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) aprovou, a 29 de Novembro, o novo projecto de norma técnica designado por Manual ITED - Prescrições e Instruções Técnicas para as Infra-estruturas de Telecomunicações em Edifícios, previstas no Decreto-Lei nº 59/2000, de 19 de Abril. Este projecto está sujeito a notificação à Comissão Europeia, mantendo-se em vigor, até à sua aprovação definitiva, as especificações, prescrições e instruções técnicas RITA (ou seja, adoptadas no quadro do anterior Regulamento de Instalações Telefónicas de Assinantes). Ver <http://www.anacom.pt/template13.jsp?categoryId=47838>.

Vodafone dá interligação à OniWay

No seguimento de encontros entre os operadores Vodafone e OniWay, promovidos pela ANACOM, com o objectivo de salvaguardar as condições de concorrência no mercado, a Vodafone comprometeu-se, a 12 de Novembro, a conceder interligação à rede da OniWay, no prazo de 7 dias, em conformidade com a decisão adoptada, a 24 de Setembro, por esta Autoridade. De acordo com a informação posteriormente prestada, a interligação entre a rede da Vodafone e a da OniWay foi aberta a 19 de Novembro. Entretanto, a EDP confirmou a venda da OniWay à TMN, Optimus e Vodafone, formalizada a 3 de Dezembro. Ver <http://www.anacom.pt/template20.jsp?categoryId=774&contentId=69725> e <http://www.edp.pt/download/02-12-04-ONIWAY.pdf>.

A função fiscalizadora e sancionadora da ANACOM

Os últimos dados relativos ao exercício da função fiscalizadora da ANACOM, nos sectores das telecomunicações e dos correios, podem ser consultados em <http://www.anacom.pt/template15.jsp?categoryId=34658>.

Números portados

A 30 de Novembro, estavam portados 60 691 números telefónicos das redes fixas (55 423 números geográficos e 141 números não-geográficos) e 5 127 números das redes móveis.

Relatório e Contas 2001

Está disponível em <http://www.anacom.pt/template20.jsp?categoryId=774&contentId=69504> o último relatório e contas da ANACOM, relativo a 2001, ano em que a sua actuação decorreu ainda sob a designação de Instituto das Comunicações de Portugal (ICP).

Instrumentos fundamentais da UIT

A Constituição, a Convenção e o Regulamento Interno, instrumentos seleccionados da União Internacional das Telecomunicações (UIT), estão disponíveis, em formato electrónico, em português e inglês, no sítio da ANACOM, em <http://www.anacom.pt/template15.jsp?categoryId=46809>.

Estatísticas do 3º trimestre de 2002

Os dados estatísticos do sector das telecomunicações, compilados e divulgados trimestralmente pela ANACOM, serão publicados no suplemento da próxima edição da *Spectru*, podendo desde já ser consultados em <http://www.anacom.pt/template15.jsp?categoryId=520>.

Prémio Fundação Portuguesa das Comunicações

Termina a 31 de Dezembro o prazo para entrega de trabalhos no âmbito do Prémio Fundação Portuguesa das Comunicações. Os candidatos deverão ser colaboradores dos membros da Associação dos Operadores de Correios e Telecomunicações dos Países e Territórios de Língua Oficial Portuguesa (AICEP), operadores e organismos reguladores do

sector das comunicações. O concurso pretende premiar estudos de âmbito histórico, científico, tecnológico e empresarial no domínio das comunicações. Mais informações em <http://www.fpc.pt/> e <http://www.anacom.pt/template20.jsp?categoryId=774&contentId=72152>.

Semana da Ciência e da Tecnologia

Exposições, ateliers, debates e actividades diversas marcaram a Semana da Ciência e da Tecnologia, realizada entre 23 e 30 de Novembro, por iniciativa da Associação Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica. Ver <http://www.cienciaviva.mct.pt>.

Inquérito ao Potencial Científico em Portugal

O Ministério da Ciência e do Ensino Superior divulgou, a 11 de Novembro, os resultados provisórios relativos ao Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, referente a 2001. Desde 1999, segundo o estudo, a despesa nacional em investigação e desenvolvimento cresceu, em média, 7 por cento, equivalendo no ano passado a 0,83 por cento do PIB. Em <http://www.oct.mct.pt/documentos/index.jsp?action=opendoc&pkid=49>.

Novo sítio do MCES

Inaugurado a 29 de Novembro, o novo sítio do Ministério da Ciência e do Ensino Superior está disponível em <http://www.mces.gov.pt/>.

Governo digital reúne países ibero-americanos

O Grupo de Trabalho Permanente para o Governo Electrónico (GTPGE), constituído no âmbito da sétima reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes da Iberoamérica, realizada em Lisboa, em Setembro, aprovou, na sua primeira reunião, que decorreu também na capital portuguesa, a 25 e 26 de Novembro, uma declaração conjunta que preconiza uma estratégia digital comum. Além de Portugal, estão representados os Governos de Espanha, Brasil, Cuba, México, Panamá, Uruguai, Perú e Chile. Ver <http://www.governo.gov.pt/pt/Conselho+de+Ministros/Documents/20020912DeclaracaoMinPresIberoamerica.htm>.

Netd@ys na 6ª edição

A semana Netda@ys 2002 decorreu de 18 a 24 de Novembro, tendo a imagem por tema. Esta iniciativa da Comissão Europeia promove a criação de projectos com recurso aos novos meios de comunicação e às tecnologias em linha e destina-se a jovens dos 15 aos 25 anos. A ANACOM patrocinou o segundo prémio da categoria "vídeo digital". Informação adicional em <http://www.netdayseurope.org/> e <http://www.netdays.fdti.pt/>.

Sítios portugueses ainda lentos

74,1 por cento dos sítios portugueses na Internet são demasiado lentos e apresentam carências técnicas no que respeita à navegabilidade e actualização de conteúdos, de acordo com um estudo da *Compuware Portugal*. O estudo, que vai na terceira edição, analisa uma centena de sítios - não estando incluído o sítio da ANACOM - revelando que a situação piorou mesmo relativamente ao ano anterior. Em 2000, o total de sítios considerados lentos foi de 65,5 por cento. Disponível em <http://www.compuware.pt/pressroom/>.

Jantar-debate da APDC

Diogo Vasconcelos, gestor da Unidade de Missão Inovação e Conhecimento e coordenador-geral do PROINOV, foi o convidado do último jantar-debate organizado pela Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações (APDC), que decorreu, a 3 de Dezembro, no Porto. Em http://www.apdc.pt/actividades/eventos/jantar/jantar_diogo_F2.html. ◀

XII CONGRESSO DAS COMUNICAÇÕES

A tendência para a concentração sectorial e as expectativas relativamente à propriedade e venda das duas redes nacionais de telecomunicações (de cobre e por cabo) existentes em Portugal dominaram a 12ª edição do Congresso das Comunicações.

O ministro da Economia, que abriu os trabalhos no último dia do congresso, garantiu que a transposição do novo quadro regulamentar para as telecomunicações, conhecido por Revisão 99, se fará dentro do prazo - que termina em 24 de Julho de 2003 -, preferencialmente antes, e após consulta aos interessados. Carlos Tavares mostrou-se confiante quanto ao alcance dos novos estatutos da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) na prossecução de uma actividade regulatória "mais alargada e mais eficaz", adiantando, a este propósito, que a legislação que estabelece as coimas a aplicar aos prevaricadores sectoriais será objecto de revisão em breve. Também a nova Autoridade da Concorrência, cuja criação foi aprovada no Conselho de Ministros de 20 de Novembro, devendo entrar em funcionamento no primeiro trimestre de 2003, contribuirá para uma mais eficaz e eficiente actividade de regulação, assegurou o ministro, que confirmou a alienação da rede básica de telecomunicação à PT Comunicações, sua concessionária.

O actual ambiente regulatório foi alvo de algumas críticas, tendo vários oradores defendido a urgência de criação de um quadro regulamentar assente em novos pressupostos. O presidente da ANACOM, Álvaro Dâmaso, afirmou preferir "uma regulação *soft* a uma regulação agressiva" e referiu-se

também ao novo quadro regulatório para 2003 e ao processo de consulta a que o mesmo será sujeito.

O Ministro da Presidência, Morais Sarmento, interveio no painel sobre serviço público de televisão, tendo-se posicionado favoravelmente ao seu financiamento via orçamento do Estado.

No primeiro dia do congresso foram apresentados dois estudos. "Que futuro para o sector das comunicações em Portugal?", da *AT Kearney* e do Observatório da Comunicação (OBERCOM), avançou perspectivas de crescimento optimistas para as telecomunicações e os media, baseadas em expectativas de consolidação e retoma. O segundo estudo, encomendado à *Ovum* pela Associação dos Operadores de Telecomunicações (Aprite), denominado "Uma estratégia para as telecomunicações em Portugal", foi sujeito a fortes críticas do operador histórico, sobretudo devido ao facto de propor a alienação da rede de TV por cabo, merecendo porém um forte apoio por parte dos restantes operadores. A aposta na banda larga é também defendida neste estudo.

O congresso anual das comunicações, a mais importante iniciativa da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações (APDC), decorreu, em Lisboa, entre 26 e 28 de Novembro, presidido por António Lobo Xavier, que teceu algumas críticas à forma como se tem processado a liberalização do sector das telecomunicações um pouco por toda a Europa, atribuindo aos governos as maiores responsabilidades na complicada situação que actualmente se vive.

VER <http://www.apdc.pt/12congresso/index.html>

CONTRATOS DE ADESÃO POR APROVAR

Os procedimentos de aprovação de um conjunto de projectos de contratos de adesão para a prestação do serviço fixo de telefone e de diversos serviços de telecomunicações de uso público foram declarados extintos por deserção, ao abrigo do artigo 111º do Código de Procedimento Administrativo.

As razões para a Autoridade Nacional de Comunicações ter adoptado esta deliberação, a 14 de Novembro, prendem-se com o facto de os respectivos processos, submetidos por sete empresas do sector, se encontrarem parados há mais de seis meses, por responsabilidade das mesmas.

VER <http://www.anacom.pt/template12.jsp?categoryId=47713>

PUBLICADOS NOVOS DIPLOMAS

- **Resolução nº 77/2002** (II Série do Diário da República de 21 de Novembro) - Nomeia, sob proposta e dependência directa do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, Diogo Vasconcelos para o cargo de gestor da Unidade de Missão Inovação e Conhecimento (UMIC), estrutura de apoio ao desenvolvimento da política governamental em matéria de inovação, da sociedade da informação e do governo electrónico. Nomeia ainda Carlos Miguel Vallere Pinheiro de Oliveira e Maria Alexandra dos Santos Vilela para os cargos de coordenadores desta Unidade de Missão, cujo mandato - incluindo o período necessário à apresentação do relatório final - equivale ao da vigência do III Quadro Comunitário de Apoio.
- **Resolução nº 135/2002** (I Série-B do D.R. de 20 de Novembro) - Diploma que define o novo enquadramento institucional da actividade do Governo em matéria de inovação, da sociedade da informação e do governo electrónico e que cria, na dependência directa do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, a Unidade de Missão Inovação e Conhecimento e a Comissão Interministerial para a Inovação e Conhecimento.
- **Aviso nº 12335/2002 do ICP-ANACOM** (II Série do D.R. de 21 de Novembro) - Publicita a aprovação das alterações à deliberação do Conselho de Administração, de 31 de Julho, publicada por aviso na II Série do D.R. de 3 de Setembro (delegação de competências).

O Conselho de Ministros (C.M.) de 20 de Novembro aprovou o Decreto-Lei que cria a Autoridade da Concorrência, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 24/2002, de 31 de Outubro. A Autoridade da Concorrência reúne as competências da Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência e do Conselho da Concorrência, além da função de aprovação das concentrações de empresas que requerem notificação prévia.

Já o C.M. de 12 de Novembro aprovou um Decreto-Lei que altera o Decreto-Lei n.º 151-A/2000, de 20 de Julho, que estabelece o regime aplicável ao licenciamento de redes e estações de radiocomunicações e à fiscalização da instalação das referidas estações e da utilização do espectro radioeléctrico, e define os princípios aplicáveis às taxas radioeléctricas, à protecção da exposição a radiações electromagnéticas e à partilha de infra-estruturas de radiocomunicações. Na mesma data, o Executivo aprovou o Decreto-Lei que cria o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), resultante da fusão do Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) com a Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (APAD).

VER <http://www.dr.incm.pt>

VER <http://www.governo.gov.pt>

UNIÃO EUROPEIA

MERCADOS RELEVANTES

A Comissão Europeia divulgou uma segunda versão de proposta de recomendação para análise de mercados relevantes, cujos comentários eram solicitados até 20 de Novembro. Espera-se que até ao final do ano seja publicada a versão final.

CONSULTA NO ÂMBITO DO ERG

As áreas prioritárias a incluir no futuro programa de trabalho do Grupo de Reguladores Europeus (ERG) foram sujeitas a consulta pública, em vigor até 31 de Dezembro. Ver http://europa.eu.int/information_society/topics/telecoms/news/index_en.htm.

NOVAS REGRAS DE CONCORRÊNCIA

O novo regulamento da concorrência, considerado a “reforma mais global empreendida no domínio do direito da concorrência desde 1962”, cuja proposta foi avançada pela Comissão há dois anos, foi aprovado no Conselho da Concorrência de 26 de Novembro. Passa a ser aplicável um sistema de isenção, em que os acordos entre empresas deixam de ter de ser obrigatoriamente notificados à Comissão e as autoridades da concorrência e os tribunais nacionais passam a aplicar as regras que regem as práticas restritivas da concorrência. Esta reforma deverá entrar em vigor em 1 de Maio de 2004, data provável do alargamento. Prevê a instituição da futura Rede Europeia da Concorrência (REC), constituída pela Comissão e autoridades da concorrência dos Estados-membros. Pormenores em [http://europa.eu.int/rapid/start/cgi/guesten.ksh?p_action.gettxt=gt&doc=IP/02/1739|0|RAPID&lg=PT](http://europa.eu.int/rapid/start/cgi/guesten.ksh?p_action.gettxt=gt&doc=IP/02/1739|0|RAPID&lg=PT;);

MELHOR QUALIDADE NOS SERVIÇOS POSTAIS

A menos de um mês da primeira fase da abertura do sector postal à concorrência - que acontecerá, a partir de 1 de Janeiro de 2003, para cartas com peso superior a 100 gramas e correio internacional - a Comissão concluiu, num estudo agora divulgado, que a Directiva 97/67/CE foi implementada com sucesso na maioria dos Quinze, à excepção da Bélgica e da França, tendo contribuído para aumentar a qualidade da prestação dos serviços postais e o cumprimento dos objectivos de salvaguarda do serviço universal. Ver http://europa.eu.int/rapid/start/cgi/guesten.ksh?p_action.gettxt=gt&doc=IP/02/1735|0|RAPID&lg=EN;

8º RELATÓRIO DE IMPLEMENTAÇÃO

Os contributos escritos de alguns dos Quinze no respeitante às matérias que integram a mais recente edição do relatório de implementação do pacote regulamentar das telecomunicações estão disponíveis em http://europa.eu.int/information_society/topics/telecoms/implementation/annual_report/8threport/hearings/index_en.htm. É o caso da Dinamarca, Grécia, Espanha, Áustria e Reino Unido.

PROGRAMA DE TRABALHO DA COMISSÃO PARA 2003

O programa legislativo e de trabalho da Comissão Europeia para 2003 foi apresentado pelo seu presidente, Romano Prodi, a 20 de Novembro. O quinto e maior alargamento da União - a 10 Estados da Europa Central e de Leste, previsto para 1 de Maio de 2004 -, a estabilidade e a segurança e, por último, a construção de uma economia sustentável e inclusiva figuram entre os três principais objectivos políticos a prosseguir. Em termos sectoriais, a implementação da estratégia de Lisboa, que pretende tornar a União na economia baseada no conhecimento mais competitiva do mundo, em 2010, mantém-se actual. Informação adicional em http://europa.eu.int/rapid/start/cgi/guesten.ksh?p_action.gettxt=gt&doc=SPEECH/02/578|0|RAPID&lg=EN; e http://europa.eu.int/comm/off/work_programme/index_en.htm.

AUTORIZADO ACORDO PARA LICENÇAS DE PATENTES DE 3G

A Comissão Europeia aprovou, a 12 de Novembro, vários acordos de licenciamento de patentes para serviços da terceira geração móvel, que “estabelecem procedimentos para determinar o carácter essencial de uma patente, facilitar o seu licenciamento e reduzir os custos globais do licenciamento para o conjunto das patentes essenciais”, de acordo com comunicado divulgado. Em http://europa.eu.int/rapid/start/cgi/guesten.ksh?p_action.gettxt=gt&doc=IP/02/1651|0|RAPID&lg=PT;

COMENTÁRIOS AO ESTUDO 3G

Os comentários recebidos em torno do estudo comparativo sobre o regime de licenças para atribuição da terceira geração móvel, encomendado pela Comissão Europeia à McKinsey, estão disponíveis em http://europa.eu.int/information_society/topics/telecoms/radiospec/mobile/studies/workshop_mckinsey_study/comments/index_en.htm.

CHIRAC ESCRIVE A PRODI

O presidente Jacques Chirac, preocupado com as dificuldades dos operadores móveis e com os atrasos na introdução da terceira geração móvel (3G), escreveu a Romano Prodi, presidente da Comissão Europeia. As soluções para a crise do sector das telecomunicações - “um sector-chave para o futuro da Europa”, considera Chirac - poderão passar pela decisão concertada, a nível dos Quinze, em matérias como o adiamento do lançamento comercial da 3G, o alargamento da duração das licenças, a partilha de infra-estruturas, itinerância entre redes GSM e UMTS, ajuda ao financiamento destas redes e desenvolvimento do plano de acção eEurope 2005. A Comissão, adianta, deverá analisar o dossier e enviar ao Conselho Europeu da próxima Primavera, a realizar em Bruxelas em Março de 2003, propostas com vista a uma solução rápida e efectiva da crise.

JOCE

- **Decisão do Parlamento Europeu (PE) e do Conselho (nº 2045/2002/CE)** - Altera a Decisão nº 1720/1999/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, que adopta uma série de acções e medidas destinadas a garantir a interoperabilidade das redes transeuropeias para o intercâmbio electrónico de dados entre administrações (IDA) e o acesso a essas redes. Publicada a 20 de Novembro.
- **Decisão do PE e do Conselho (nº 2046/2002/CE)** - Altera a Decisão nº 1719/1999/CE relativa a uma série de orientações, incluindo a identificação de projectos de interesse comum, respeitantes a redes transeuropeias para o intercâmbio electrónico de dados entre administrações (IDA). Publicada a 20 de Novembro.
- **Decisões do Conselho (2002/834/CE e 2002/835/CE)** - Adoptam os programas específicos de investigação, desenvolvimento tecnológico e demonstração: “Integração e reforço do Espaço Europeu da Investigação” (2002-2006) e “Estruturação do Espaço Europeu da Investigação” (2002-2006). Publicadas a 29 de Outubro.
- **Decisão do Comité Misto do EEE nº 87/ 2002** - Altera o anexo XI (serviços de telecomunicações) do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu. Publicada a 3 de Outubro.
- **Directiva 2002/77/CE da Comissão** - Relativa à concorrência nos mercados de redes e serviços de comunicações electrónicas. Publicada a 17 de Setembro.

VER <http://europa.eu.int/eur-lex/pt/oj/index.html>

NOTÍCIAS DE OUTROS PAÍSES

ESPAÑA - Ministerio de Ciencia y Tecnología (CMT) - Foi recentemente criada a Comissão Especial de Estudo para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, que deverá apresentar, no prazo de quatro meses, um relatório com recomendações visando a generalização da Sociedade da Informação. Em <http://www.sgc.mfom.es/>.

Foi também disponibilizada (vide <http://www.setsi.mcyt.es/adsl/adsl.htm>) informação actualizada sobre as centrais telefónicas do incumbente que disponibilizam oferta de banda larga.

FRANÇA - Conseil Supérieur de l'Audiovisuel (CSA) - O CSA anunciou os 23 canais seleccionados para a oferta, gratuita e paga, da televisão digital terrestre. Pormenores em http://www.csa.fr/actualite/communiques/communiques_detail.php?id=10311. O Conselho encontra-se a analisar os procedimentos técnicos associados à encriptação de programas de televisão interditos a menores, propostos pelos canais e distribuidores de TV, como forma de protecção à infância e adolescência. Ver http://www.csa.fr/actualite/communiques/communiques_detail.php?id=10479.

FRANÇA - Autorité de Régulation des Télécommunications (ART) - A ART publicou, a 29 de Novembro, a oferta de referência de interligação para 2003. Em <http://www.art-telecom.fr/communiques/communiques/2002/index-29-11-2002.htm>. Na mesma data, terminou uma consulta lançada com a finalidade de analisar as condições de utilização e atribuição de rádio frequências nas bandas 3.5 GHz, 26 GHz, 28 GHz e 32 GHz. Em <http://www.art-telecom.fr/communiques/pressrelease/2002/index-02-31-en.htm>. Os operadores móveis Orange e SFR deverão baixar em 15 por cento, a partir de 1 de Janeiro próximo, as tarifas de terminação, com repercussões nos preços das chamadas fixo-móvel. Ver <http://www.art-telecom.fr/communiques/communiques/2002/index-06-11-2002.htm>.

REINO UNIDO - Office of Telecommunications (OFTEL) - Termina a 3 de Janeiro de 2003 o prazo para envio de comentários no âmbito de uma consulta relativa à implementação da Revisão 99, levada a cabo pela OfTel, em conjunto com a Agência de Radiocomunicações (R.A.). Em http://www.oftel.gov.uk/publications/eu_directives/2002/disp1102.htm. Os resultados de outra consulta sobre *wholesale line rental*, em vigor até 13 de Dezembro, serão publicados em Janeiro. Pormenores em http://www.oftel.gov.uk/publications/whole_line/2002/wlr1102_1_4.htm.

REINO UNIDO - Postal Services Commission (Postcomm) - Foram publicados, a 12 de Novembro, os termos e condições do novo modelo de licença postal que entrará em vigor a 1 de Janeiro de 2003 e introduzirá a concorrência nos serviços postais de longa duração. A licença tem a duração mínima de 7 anos. Em paralelo, teve início na mesma data uma consulta neste âmbito, em vigor até 11 de Dezembro. Ver <http://www.psc.gov.uk/documents/Media/121102PNLTLdecisiondoc.pdf> e http://www.psc.gov.uk/documents/Media/121102PNLTLTNT&TPGconsultation_1.pdf.

IRLANDA - Commission for Communications Regulation (ComReg) - O regulador irlandês mudou, a 1 de Dezembro, a sua designação de *Office of the Director for Telecommunications Regulation (ODTR)* para *Commission for Communications Regulation (ComReg)*. A recém constituída Comissão

decidiu rever as taxas de espectro à luz do novo quadro regulamentar. Em http://www.odtr.ie/pr_press_releases.asp.

SUÉCIA - Post & Telestyrelsen (PTS) - O regulador sueco anunciou, a 25 de Novembro, ter rejeitado o pedido da Vodafone para alterar as condições da licença UMTS atribuída ao operador, recusando nomeadamente o adiamento, por dois anos, do arranque comercial do lançamento da terceira geração móvel, previsto para 31 de Dezembro de 2003. Uma das razões invocadas pela Vodafone, quando formalizou o pedido de adiamento, em Setembro, prendia-se com a demora do processo burocrático de instalação de antenas junto das autarquias. Há dois meses, a PTS tomou idêntica decisão em relação à Orange. Em <http://www.pts.se/dokument/getFile.asp?FileID=3340>. A PTS encomendou um estudo independente para avaliar a razão por que o mercado de *short message service (SMS)* está francamente mais desenvolvido na Noruega. No país vizinho, os clientes das redes móveis enviaram 2 biliões de mensagens curtas em 2001, o dobro dos valores registados na Suécia. A síntese do relatório está disponível em <http://www.pts.se/dokument/getFile.asp?FileID=3246>.

FINLÂNDIA - Ministry of Transport and Communications - A 18 de Novembro, o Governo anunciou que foi atribuída uma licença para operar uma rede de televisão digital à *Digita Oy*. O operador poderá gerir os 3 *multiplexes* sob concurso. Ver <http://www.mintc.fi/www/sivut/english/default.html>.

MARROCOS - Agence Nationale de Réglementation des Télécommunications (ANRT) - Terminou em fracasso o concurso para atribuição da segunda licença de exploração de telefonia fixa: embora 12 entidades tenham levantado o caderno de encargos, nenhuma formalizou a sua candidatura, anuncia a ANRT em comunicado de 11 de Novembro. Em http://www.anrt.net.ma/comm_offres_depot.pdf.

MACAU - Gabinete para o Desenvolvimento das Telecomunicações e Tecnologias da Informação (GDTTI) - Foi recentemente publicado o Regulamento Administrativo nº 24/2002, que estabelece o regime de acesso e exercício da actividade de prestação de serviços Internet. Em http://www.gdtti.gov.mo/por/laws/24_2002.html.

BRASIL - Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) - Dois novos modelos para acesso à Internet - permitindo a adopção da tarifa plana - estão em consulta pública até 23 de Dezembro. Ver [http://www.anatel.gov.br/Tools/frame.asp?link=/biblioteca/releases/2002/release_19_11_2002\(2\).pdf](http://www.anatel.gov.br/Tools/frame.asp?link=/biblioteca/releases/2002/release_19_11_2002(2).pdf). De 18 a 22 de Novembro, a ANATEL fez deslocar uma delegação brasileira a Díli, capital de Timor-Leste, a fim de prestar à sua congénere timorense, a Agência Reguladora de Comunicações (Arcom), cooperação técnica, em matérias como a gestão do espectro, regulamentação, monitorização e fiscalização de radiofrequências. Pormenores em [http://www.anatel.gov.br/Tools/frame.asp?link=/biblioteca/releases/2002/release_19_11_2002\(3\).pdf](http://www.anatel.gov.br/Tools/frame.asp?link=/biblioteca/releases/2002/release_19_11_2002(3).pdf). A 15 de Novembro, a Agência assinou um memorando de entendimento sectorial com o Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique. Em http://www.anatel.gov.br/Tools/frame.asp?link=/biblioteca/releases/2002/release_13_11_2002.pdf.

ENCONTROS CEPT

TROIKA

Realizou-se a 19 e 20 de Novembro, em Morges, Suíça, a primeira reunião da *Troika* da Conferência Europeia das Administrações de Correios e Telecomunicações (CEPT) para o período da presidência portuguesa desta organização, em que Portugal tem como parceiros a Suíça (anfitriã desta reunião e futura presidência da CEPT) e o Reino Unido (anterior presidência). Neste encontro foram tratadas diversas questões no âmbito da preparação da Assembleia da CEPT, marcada para Março próximo em Portugal, nomeadamente a agenda, tendo igualmente sido abordados outros temas inerentes à passagem da presidência inglesa para a presidência portuguesa. A *Troika* da CEPT voltará a reunir em meados de Janeiro para ultimar os preparativos da Assembleia de Março.

CPG

O Grupo de Preparação das Conferências (CPG), actualmente centrado nos preparativos da Conferência Mundial das Radiocomunicações (WRC03), reuniu em Perugia, Itália, de 4 a 8 de Novembro.

Neste encontro, foram aprovados os projectos de propostas comuns europeias (ECP) e *Briefs* sobre quase todos os 39 itens da agenda da WRC03 e foi actualizado o documento síntese das posições preliminares da CEPT para cada um desses itens.

De destacar a persistência de divergências várias entre os países da CEPT quanto ao serviço de radionavegação por satélite (RNSS), em que se insere o projecto europeu Galileo.

Foram igualmente aprovados o projecto de ECP e *Brief* relativos ao IMT-2000 e sistemas futuros, havendo também divergências sobre as alternativas a considerar quanto à articulação entre o IMT-2000 e os sistemas futuros.

Relativamente ao serviço móvel aeronáutico por satélite (AMSS) na faixa 14-14.5 GHz, bem como para as estações terrenas a bordo de navios (ESV), não foi possível obter consenso quanto à opção de enquadramento regulamentar que a CEPT proporá à WRC03.

A próxima reunião do CPG realizar-se-á entre 14 e 18 de Fevereiro de 2003, na Suécia, e aprovará as ECP a apresentar à WRC03.

COMITÉ DE COMUNICAÇÕES ELECTRÓNICAS

A quarta reunião do Comité de Comunicações Electrónicas (ECC) decorreu no Luxemburgo, entre os dias 11 e 15 de Novembro, tendo sido aprovadas diversas decisões e recomendações, que em breve serão publicadas pela Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM), nos moldes habituais. Vários grupo de trabalho (GT) viram aprovados os seus relatórios e planos

de trabalho, tendo o nível de implementação das Decisões ECC sido sujeito a actualização. Foi também delineada uma estratégia para tratamento dos Memorandos de Entendimento (MoU) e *letters of understanding* (LoU) assinados ao nível do ECC e os anteriormente tratados no âmbito do Comité Europeu de Radiocomunicações (ERC) e do Comité para os Assuntos Regulamentares de Telecomunicações (ECTRA).

Não foi encontrado sucessor para o lugar de presidente do grupo da União Internacional das Telecomunicações (GT UIT), ficando a decisão adiada para a próxima Assembleia da CEPT, sendo que o actual vice-presidente assegurará entretanto a continuidade do trabalho.

A próxima reunião do ECC ficou agendada para os dias 10 a 14 de Março de 2003, na Holanda.

CONSELHO DO ETO

Reuniu em Copenhaga, no dia 20 de Novembro, o Conselho do Gabinete Europeu de Telecomunicações (ETO), tendo sido escolhido o seu novo presidente, representante da França, e aprovado o orçamento e programa de trabalho para 2003.

Foi decidido avançar com os trabalhos sobre a Base de Dados de Planos Nacionais de Numeração (NNPD) e foram analisadas algumas questões associadas ao Espaço Europeu de Numeração (ETNS). Foi, de igual modo, apresentado o relatório de progresso dos trabalhos do Conselho do ERO, na lógica de aproximação entre os dois Conselhos.

O Conselho do ETO voltará a reunir a 21 de Maio de 2003.

CONSELHO DO ERO

Reuniu em Copenhaga, de 23 a 25 de Outubro, a 15ª sessão do Conselho do Gabinete Europeu de Radiocomunicações (ERO), que aprovou o instrumento de aprovação da Convenção ERO, alterada no anterior Conselho, o qual será assinado em cerimónia marcada para o dia 17 de Dezembro, em Copenhaga.

O orçamento e o plano financeiro do ERO para 2003-2005 e o orçamento e o plano financeiro combinado ERO-ETO para o mesmo período foram aprovados.

A 10ª Conferência CEPT foi sujeita a avaliação, tendo ficado decidida a sua manutenção nos termos actuais, propondo-se, no entanto, medidas para aumentar o interesse deste evento.

A próxima reunião do Conselho do ERO decorrerá em Copenhaga, em 21 e 22 de Maio de 2003.

VER <http://www.cept.org>

VER <http://www.etodk>

VER <http://www.ero.dk>

UNIÃO INTERNACIONAL DAS TELECOMUNICAÇÕES

PREPARAÇÃO DA WSIS

A Conferência Interministerial Regional Pan-europeia, que decorreu entre 7 e 9 de Novembro, em Bucareste, aprovou, enquanto fórum preparatório da Cimeira Mundial sobre Sociedade da Informação (WSIS), a Declaração de Bucareste, alicerçada em dois eixos estratégicos: eInclusão e eEstratégias.

Diogo Vasconcelos, chefe da delegação portuguesa à Conferência de Bucareste, apresentou na ocasião uma comunicação intitulada "Melhor governo, cidades digitais e inovação", defendendo a relevância das tecnologias da informação e da comunicação na promoção da democracia e no desenvolvimento da governação electrónica.

A WSIS terá lugar, em duas fases, em 2003 (Genebra) e 2005 (Túnez).

VER <http://www.anacom.pt/template20.jsp?categoryId=774&contentId=69782>

VER <http://www.itu.int/wsisi/>

FICHA TÉCNICA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE · ICP - Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) · ISSN nº 1645-4162 · TIRAGEM · 600 exemplares

SEDE · Av. José Malhoa, 12 - 1099-017 Lisboa · www.anacom.pt · info@anacom.pt · DIRECTORA · Fátima A. Botelho

PRODUÇÃO · Companhia dos Riscos, DESIGN LDA · www.companhia-riscos.pt · geral@companhia-riscos.pt

UNIÃO EUROPEIA - PRESIDÊNCIA DINAMARQUESA

CONSELHO DE MINISTROS DOS TRANSPORTES, TELECOMUNICAÇÕES E ENERGIA

O debate sobre a situação do sector das telecomunicações e a apresentação, pela Comissão Europeia, do oitavo relatório sobre a implementação do pacote regulamentar para o sector deverão constituir os pontos altos do próximo Conselho de Ministros dos Transportes, Telecomunicações e Energia, que se realiza, a 5 e 6 de Dezembro, em Bruxelas.

A discussão prossegue em torno de uma resolução do Conselho relativa à prossecução do plano de acção e*Europe* 2005 e de uma proposta que visa a adopção de um programa multi-anual (2003-2005) para a sua monitorização. Deverá ser discutida uma outra resolução do Conselho cuja finalidade é introduzir uma cultura europeia de segurança nas redes e sistemas de informação,

bem como uma proposta de regulamento, da Comissão, que irá criar uma Unidade Europeia de Redes e Segurança na Informação.

A Comissão vai apresentar uma outra comunicação sobre barreiras no acesso a novos serviços da sociedade da informação através de plataformas abertas de televisão digital terrestre e de comunicações móveis de terceira geração. Deverá também informar o Conselho da situação respeitante à reforma da Corporação da Internet para os Nomes e Números Atribuídos (ICANN) e à gestão internacional da Internet.

Os Quinze abordarão, ainda, os últimos desenvolvimentos no âmbito do Galileo, o sistema europeu de radionavegação por satélite.

VER http://europa.eu.int/rapid/start/cgi/guesten.ksh?p_action.gettxt=gt&doc=MEMO/02/281/0|RAPID&lg=EN;

VER http://eu2002.dk/EU2002/news/news_read.asp?informationID=25110

ENCONTROS UPU

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A sessão anual do Conselho de Administração (CA) da União Postal Universal (UPU), presidida pela China, decorreu em Genebra e em Berna, de 21 de Outubro a 7 de Novembro.

O Grupo Consultivo (GC), que reporta ao CA, convidou vários oradores para debater as questões relacionadas com a liberalização e as negociações do Acordo Geral de Comércio e Serviços (GATS), assim como questões do foro alfandegário. Foram, ainda, relatados os desenvolvimentos regionais ocorridos nos diversos grupos geográficos.

A equipa de projecto (PT) Gestão do Trabalho da União informou que irá elaborar um manual com o objectivo de apoiar os países que se encontram em fase de reestruturação e desenvolvimento, o qual visa enunciar as melhores práticas em termos regulamentares e possibilitar a troca de experiências, incluindo estudos feitos pela Secretaria Internacional (SI) da UPU sobre reforma e licenciamento. Relativamente à questão da definição do termo "Administração Postal", o PT retomará este assunto após a apresentação do trabalho que está a ser desenvolvido pela SI e pela Suíça sobre Definições, o qual deverá ser apresentado em Janeiro de 2003.

O PT Encargos Terminais (ET), assumindo a decisão adoptada no Conselho de Exploração Postal (CEP) de 2002 sobre a manutenção das taxas do sistema de encargos terminais para os anos 2004 e 2005, salientou a necessidade da UPU se centrar no trabalho futuro e na definição do sistema pós 2006, com vista à sua aprovação no próximo Congresso, o qual terá já em consideração a ligação dos ET à qualidade de serviço prestada.

As três Comissões que integram o Conselho aprovaram diversas medidas, nomeadamente a decisão de adesão da UPU à Convenção de Viena de 1986 sobre o direito dos tratados entre Estados e organizações internacionais e o lançamento do programa de assistência técnica da UPU para o período 2001-2004.

A SI informou que está a efectuar diligências para encontrar um anfitrião para o próximo Congresso, na sequência da desistência anunciada pela Costa do Marfim, sendo que essa decisão deverá ser tomada até final de 2002.

CONFERÊNCIA ESTRATÉGICA

A Conferência Estratégica 2002 da UPU decorreu em Genebra, de 29 a 31 de Outubro, tendo reunido os líderes do mercado postal, ao nível regulamentar e operacional, com o intuito de discutir as possíveis estratégias do

sector postal para a próxima década.

As principais conclusões apontam, no caso dos Governos, a necessidade de se assumirem como agentes de mudança e do seu envolvimento activo no processo de reforma do sector, tendo em atenção que a função dos executivos terá de se coadunar com o nível de liberalização dos seus mercados.

Conclusão que se aplica, de igual modo, aos reguladores. Já quanto ao enquadramento da regulação, cada vez mais complexo, dada a convergência entre o correio doméstico *versus* internacional e a correspondência *versus* logística, esta deverá ser forte e eficaz para permitir aos reguladores a capacidade de se fazerem respeitar.

No respeitante aos operadores postais dos países industrializados, a liberalização e a concorrência vão exigir a preparação dos operadores, tendo em conta a sua dimensão, a facilidade de acesso a recursos e as práticas comerciais utilizadas. As questões associadas à gestão dos recursos humanos deverão ser tratadas com precaução, de forma a permitir manter alguma flexibilidade na gestão do negócio e deverá ser fomentado o incremento dos custos variáveis face aos custos fixos, a fim de melhor responder à liberalização. A eventual expansão para outros ramos, que não o postal, como transportes, comunicações, serviços financeiros, poderá originar conflitos de jurisdição.

Os operadores postais dos países em desenvolvimento, por seu turno, necessitarão de ter acesso a financiamentos para que possam melhorar as suas infra-estruturas, visando uma melhor adaptação à contínua liberalização, a qual irá requerer a tomada de algumas decisões importantes, como a garantia de prestação do serviço universal e o acesso a outros operadores, definindo-se as taxas e as licenças a aplicar.

Assim, mantém-se o desafio da cooperação técnica na UPU e da definição do papel futuro da União relativamente ao desenvolvimento das infra-estruturas essenciais para a prestação dos serviços postais, nomeadamente nos países em desenvolvimento.

As diversas intervenções da Conferência permitiram ainda formular as seguintes recomendações: os participantes deverão reflectir sobre os desafios que se colocam aos correios nos dias de hoje; os Governos e os reguladores devem facilitar os processos de reforma postal; as partes envolvidas, desde Governos a operadores públicos e privados, sindicatos, associações de consumidores ou fornecedores devem sugerir novas ideias que permitam identificar alternativas para o desenvolvimento do sector, assim como manifestar-se quanto ao papel que deverá ser desempenhado no futuro pela UPU; todos os actores da indústria devem contribuir para a definição da futura Estratégia Postal.

VER http://www.upu.int/strategy_conference/en/index.shtml

GRUPO DE REGULADORES INDEPENDENTES

PLENÁRIA DO IRG

Decorreu em Helsínquia, a 21 e 22 de Novembro, a reunião plenária do Grupo de Reguladores Independentes (IRG), tendo estado presentes representantes das 19 Autoridades Reguladoras Nacionais (ARN) membros da organização.

Face ao desejo, expresso pela Comissão Europeia, de criar um sítio Internet para o Grupo de Reguladores Europeus (ERG), o Secretariado avançou a hipótese de se usar o sítio do Sistema de Informação do IRG (IRGIS), no qual seria disponibilizado um *link* para o ERG.

A plenária do IRG fez ainda um balanço dos resultados da primeira reunião do ERG, a 25 de Outubro, e analisou a proposta de recomendação da Comissão sobre os procedimentos de consulta previstos nos artigos 6º e 7º da Directiva Quadro, que integra o pacote Revisão 99. Sobre a Presidência do IRG e do ERG, a plenária acordou que esta seja assegurada pelo regulador belga (IBPT) a partir de 1 Janeiro de 2004 e pela Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) a partir de 1 Janeiro de 2005. Já a Vice-Presidência do IRG e do ERG será assumida pela ANACOM nos períodos de 1/7/2004 a 31/12/2004 e de 1/1/2006 a 31/6/2006.

No encontro, foram discutidos os últimos desenvolvimentos no âmbito de vários GT, designadamente o GT Mercados Móveis, o GT Redes Fixas, o GT Contabilidade (grupo que elaborou o documento que permitiu à plenária aprovar os princípios de implementação e melhores práticas - PIB - sobre separação contabilística), o GT Análise de Dados de Mercado, o GT Utilizadores Finais, o GT Cooperação ARN/ Autoridades Reguladoras da Concorrência (grupo que foi extinto e integrada a sua actividade nos GT Confidencialidade e Litígios Transfronteiriços) e o GT Aspectos Legais.

O Secretariado apresentou alguns tópicos que deram o mote ao início da discussão sobre o programa de trabalho do IRG para 2003, assente em seis pontos fundamentais: assuntos institucionais e de procedimento (no âmbito dos artigos 7º e 21º da Directiva Quadro); definição de uma posição comum sobre regulação e maior envolvimento e coordenação por parte do IRG neste campo, dada a maior flexibilização permitida pelo novo quadro regulamentar; estudo de uma metodologia comum para análise do

nível de concorrência nos mercados e desenvolvimento de uma posição comum sobre a definição de mercados alternativos; prossecução do estudo sobre banda larga, já iniciado no IRG; reflexão autónoma sobre o sector móvel; matérias com impacto nos consumidores, como a análise do financiamento do serviço universal e o seu impacto no mercado interno, a regulação das tarifas de retalho e da transparência para os consumidores e o desenvolvimento de PIB sobre barramento de chamadas e facturação detalhada.

ENCONTRO IRG/ ARN

A 22 de Novembro realizou-se um encontro paralelo entre o IRG e os representantes das ARN dos países candidatos à adesão à União Europeia. A Presidente do IRG transmitiu aos representantes dessas ARN a decisão de admissão ao IRG, exceptuando os casos da Roménia e da Bulgária, a quem foi comunicada, em privado, a sua não admissão.

Foram apresentados, no encontro, os resultados do questionário enviado aos reguladores dos Estados da Europa Central e de Leste candidatos à adesão, tendo sido solicitada a realização de um seminário para debate da transposição e implementação do novo quadro regulamentar.

As questões associadas à análise de mercados e ao serviço universal foram objecto de duas apresentações distintas. No primeiro caso, foi referido o ponto de vista da Comissão Europeia no sentido de os países candidatos terem de primeiro implementar o quadro regulamentar existente antes de procederem à implementação do novo quadro regulamentar.

REDE DE CONTACTOS

Esta reunião, que visou a preparação da reunião plenária do IRG, decorreu em Atenas, a 7 e 8 de Novembro.

Além da análise dos documentos que os vários GT reportariam à plenária, a Rede de Contactos debateu o programa de trabalho do IRG para 2003 e as relações com os países candidatos, tendo ficado acordada a prossecução da política de cooperação do IRG com os países em situação de pré-adesão. ◀

EM DEZEMBRO DE 2002

UE

- Task-Force Statistics on Postal and Courier (4)
- Conselho de Ministros (5)
- Comité de Comunicações (11)
- Grupo de Telecomunicações (13)
- Comité Espectro (18)

CEPT

- CPG PT4 (10-12)

ECC

- TG1 (10-11)
- WGSE PT19 (10-12)

UIT

Sector da Normalização

- SG2 (2-6)

Sector do Desenvolvimento

- Ásia Telecom (2-7)
- Fórum de Reguladores (7-8)

- GT WSIS (11-13)

Sector das Radiocomunicações

- TG 6/8 (9-13)

Outros

- NATO PWG (17-18)
- Administrações GLS - Galileo (10)

EVENTOS

- *Security in eCities*

2 a 4, Siena

- *Asia Telecom 2002 (UIT)*

2 a 7, Hong Kong

- *Financial Times World Telecommunications Conference*

2 e 3, Londres

- *Managing ebusiness Security Risk*

3, Paris

- *Service Provider Europe*

3 a 5, Londres

- *Information Day: a european research area for technology enhanced learning*

5, Luxemburgo

- *Mobile Application Developer Forum*

9, Londres

- *Satélites na Internet e Multimédia (UIT)*

9 a 11, Genebra

- *As TMT na Logística (APDC)*

10, Associação Industrial do Minho, Braga

- *ECTA Annual Regulatory Conference*

11 e 12, Bruxelas

- *Open Conference on Web Services, Grid*

Services and the Semantic Web

12, Bruxelas